



Câmara de Vereadores do Município de Caetité

Criada em 09 de abril de 1810

Câmara Municipal de Caetité
RECEBIDO EM:

25/09/25
Roberto

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Promulgo o Presente Projeto de
Resolução Transformando-o em
RESOLUÇÃO Nº 09/2025
Caetité, de 07 de 10 de 2025

Mário Rebouças de Almeida
Presidente

EMENTA: "Dispõe sobre a oficialização dos canais digitais institucionais da Câmara Municipal de Caetité, estabelece diretrizes para sua administração e transição entre gestões, e reconhece sua natureza como patrimônio imaterial e institucional do Poder Legislativo."

provado em UNICA Votação
Em 06/10/2025

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Regimento Interno desta Casa Legislativa e considerando a necessidade de garantir a continuidade, transparência e integridade da comunicação institucional digital:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam oficialmente instituídos como canais digitais institucionais da Câmara Municipal de Caetité os seguintes meios de comunicação eletrônica:

- I. Site oficial: <https://www.caetite.ba.leg.br>;
- II. Página oficial no Facebook: www.facebook.com/camaracaetite;
- III. Perfil oficial no Instagram: www.instagram.com/camaradecaetite;
- IV. Canal oficial no YouTube: www.youtube.com/@Camaradevereadoresdecaetite

Art. 2º - Os canais digitais acima mencionados passam a integrar o patrimônio institucional da Câmara Municipal de Caetité, sendo de uso exclusivo do Poder Legislativo Municipal, independentemente da gestão ou Mesa Diretora vigente.

Art. 3º - A administração dos canais digitais será de responsabilidade única e exclusiva da Mesa Diretora e da Gerencia de Comunicação e seus subordinados, os quais deverão assegurar a produção, manutenção, atualização e segurança do conteúdo institucional, obedecendo aos princípios da impessoalidade, legalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Art. 4º - É vedado o uso dos canais digitais para:

- I. Promoção pessoal de agentes públicos;
- II. Campanhas eleitorais;



Câmara de Vereadores do Município de Caetité

Criada em 09 de abril de 1810

- III. Conteúdos que contrariem os princípios da administração pública ou que não representem oficialmente o Poder Legislativo.

Art. 5º – Ao final de cada gestão da Mesa Diretora, deverá ser garantida transição documental e técnica dos acessos e operações dos canais digitais, compreendendo:

- I. A manutenção dos dados de login, senhas e e-mails institucionais;
- II. A preservação integral dos arquivos, históricos de postagens, seguidores e estatísticas;
- III. O impedimento de alteração, exclusão ou apropriação indevida por agentes de gestão anterior.

Art. 6º – Qualquer tentativa de violação da integridade institucional dos canais digitais – como exclusão, apropriação, desvinculação, uso indevido ou alteração sem autorização – será considerada infração grave contra o patrimônio institucional da Câmara, sujeita a responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 7º – A Câmara poderá expedir regulamento interno complementar para normatizar a política de comunicação digital institucional, inclusive quanto ao padrão visual, linguagem e periodicidade de conteúdos.

Art. 8º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 18 de setembro de 2025.

Mário Rebouças de Almeida
Presidente

Miguel Gonçalves Nogueira
1º Secretário



Câmara de Vereadores do Município de Caetité

Criada em 09 de abril de 1810

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de resolução visa preencher uma lacuna crítica na governança digital do Poder Legislativo Municipal, estabelecendo parâmetros seguros, transparentes e institucionais para a gestão dos canais oficiais de comunicação desta Casa de Leis.

A justificativa para a sua aprovação assenta-se nos seguintes pilares fundamentais:

1. Preservação do Patrimônio Público Digital:

As redes sociais da Câmara Municipal de Caetité (Facebook, YouTube, Instagram e outros) constituem, na contemporaneidade, um dos mais valiosos patrimônios institucionais. Elas são o repositório oficial da memória legislativa digital, abrigando registros históricos de sessões, audiências públicas, projetos de lei, homenagens e a prestação de contas do trabalho parlamentar à sociedade. Tratar esses ativos como patrimônio institucional é assegurar que esse acervo, construído com recursos públicos e de interesse coletivo, seja permanentemente preservado, protegido contra perda, apropriação indevida ou descontinuidade.

2. Garantia de Continuidade e Transparência Administrativa:

A dinâmica democrática pressupõe a alternância periódica dos cargos diretivos. No entanto, a transição entre gestões, notadamente da Mesa Diretora, não pode implicar em interrupção ou obscuridade dos serviços de comunicação com o cidadão. A falta de um protocolo formal para a transição das credenciais de acesso e da gestão desses canais gera riscos operacionais, como a perda do controle institucional dos perfis, a descontinuidade das publicações e a quebra da transparência ativa. Este projeto garante que a troca de gestores seja um processo ordenado, contínuo e auditável, fortalecendo a credibilidade da instituição perante a população.

3. Segurança da Informação e Prevenção de Riscos:

A centralização do acesso e a gestão compartimentada, conforme proposta, são práticas essenciais de segurança da informação. Evita-se, assim, a pulverização de senhas e o acesso pessoal e não oficializado, que podem levar a situações de vulnerabilidade, como:



Câmara de Vereadores do Município de Caetité

Criada em 09 de abril de 1810

Apropriação indevida: Risco de perfis serem tratados como propriedade pessoal de um gestor ou vereador.

Vazamento de informações: Acesso por pessoas não autorizadas a dados sensíveis e à caixa de mensagens oficial.

Danos à imagem institucional: Possibilidade de publicação de conteúdo não autorizado ou malicioso em caso de conflitos.

4. Definição Clara de Competências e Aprimoramento da Gestão:

A resolução define com clareza meridiana as atribuições de cada setor:

À Gerência de Comunicação (ou setor técnico equivalente) caberá a execução operacional, a gestão do dia a dia, a curadoria de conteúdo, a manutenção da segurança das contas e o papel de depositária das credenciais de acesso.

À Mesa Diretora caberá a orientação política, a definição das diretrizes estratégicas de comunicação e a supervisão final do conteúdo publicado.

Essa separação entre a gestão técnica-administrativa e a orientação político-institucional otimiza o fluxo de trabalho, profissionaliza a comunicação e previne conflitos de atribuição.

5. Conformidade com os Princípios da Administração Pública:

Por fim, a medida está em plena sintonia com os princípios constitucionais da impessoalidade, pois despersonaliza o controle dos canais, tratando-os como ferramentas do Estado e não do gestor; da publicidade, ao assegurar que os meios oficiais de divulgação permaneçam sempre acessíveis e sob controle da instituição; e da eficiência, ao instituir um rito claro que elimina improvisos e garante a continuidade dos serviços públicos de informação.

Diante do exposto, a aprovação desta resolução representa um avanço significativo na modernização da gestão pública legislativa de Caetité, conferindo maior segurança jurídica, transparência e profissionalismo à comunicação digital desta Edilidade.



Câmara de Vereadores do Município de Caetité

Criada em 09 de abril de 1810

Ressalta-se que a medida não tem custo algum para os cofres públicos, mas gera um imenso valor em termos de governança, ética e preservação da memória institucional.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste fundamental projeto de resolução.

Sala das Sessões em, 18 de setembro de 2025.

Mário Rebouças de Almeida
Vereador